



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

101.

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO NPU Nº 42881-56.2011.8.17.0810 (278211-0)

APELANTE: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

APELADO: HUMAYTA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

RELATOR: DES ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR

EMENTA: PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA CONTRA O ALIENANTE DO IMÓVEL. REGISTRO DA VENDA FEITO NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS BEM ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO. ILEGITIMIDADE DO ALIENANTE.

1. A discussão nos presentes autos se restringe a saber se a executada a parte ilegítima para figurar no polo passivo, bem como se cabe o exame da alegada ilegitimidade passiva através de exceção de pré-executividade.

2. No caso dos autos, verifico que a executada vendeu o imóvel, objeto de incidência do IPTU e taxas imobiliárias, para a Sra. Maria José Rodrigues Nunes e para o Sr. Josimar Alves da Silva, em outubro de 1993, conforme se infere do contrato de compra e venda anexado às fls. 17/21 dos autos. Verifico, ainda, que referido contrato de compra e venda foi registrado na matrícula do imóvel, no 1º Ofício de Jaboatão dos Guararapes, em 23-11-93, conforme atesta a certidão constante à fl. 22 dos autos.

3. Uma vez que a venda foi devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóvel, deve ser reconhecida a ilegitimidade do antigo proprietário, o apelado, para figurar no polo passivo da execução, ainda mais quando o registro da venda foi feita no cartório de imóvel bem antes do ajuizamento da ação de execução.

4. É que de acordo com o art. 34 do CTN, o contribuinte do IPTU é o proprietário do imóvel, titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título. Neste sentido: TJ-PE - AGV: 2773577 PE 0015388-75.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 06/09/2012, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 169; e TJ-RS - AC: 70057721276 RS, Relator: Marilene Bonzanini Bernardi, Data de Julgamento: 10/01/2014, Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 20/01/2014.

5. Ademais, conforme entendimento no Superior Tribunal de Justiça, a exceção de pré-executividade é cabível em qualquer tempo e grau de jurisdição, quando a matéria for de ordem pública e possa ser analisada sem a necessidade de dilação probatória¹. Neste mesmo sentido é a súmula 393 do STJ, in verbis: "A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória."

6. No caso dos autos, a ilegitimidade passiva é matéria de ordem pública, bem como pode ser analisada sem a necessidade de dilação probatória, tendo em vista que o executado anexou aos autos a certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis atestando a propriedade do imóvel objeto da incidência do IPTU e das taxas imobiliárias.

7. Por fim, é cabível a condenação do exequente ao pagamento de honorários advocatícios, em sede de exceção de pré-executividade.

¹ STJ - EREsp: 905416 PR 2008/0198035-4, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 09/10/2013, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 20/11/2013.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

quando a execução fiscal é extinta. Neste sentido: STJ - REsp: 1369996 PE 2013/0051109-0, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 05/11/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/11/2013.

8. A teoria da causalidade não se adapta ao presente caso, uma vez que o antigo proprietário não deu causa ao ajuizamento da presente execução fiscal, pois cabia ao município ser diligente na cobrança do crédito tributário e ajuizar a ação de execução contra o atual proprietário, conforme consta na certidão de propriedade do bem.

9. À unanimidade de votos, foi negado provimento a presente apelação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO Nº 278211-0**, em que figuram como apelante **MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES** e como apelado o **HUMAYTA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA**.

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em conhecer e **NEGAR PROVIMENTO** à apelação, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 29 de ^{MAIO} abril de 2014.

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO NPU Nº 42881-56.2011.8.17.0810 (278211-0)
APELANTE: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
APELADO: HUMAYTA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
RELATOR: DES ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR

RELATÓRIO

Cuido de apelação interposta pelo Município de Jaboatão dos Guararapes contra sentença (fls. 51/52) proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública de Jaboatão dos Guararapes que, nos autos da Execução Fiscal de mesmo número dessa apelação, extinguiu o processo sem resolução do mérito, tendo em vista a ilegitimidade passiva da executada.

EXECUÇÃO FISCAL

O Município de Jaboatão dos Guararapes ajuizou execução fiscal contra a Humayta Construções e Incorporações cobrando crédito tributário decorrente do não pagamento do IPTU e taxa imobiliárias referentes aos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, do imóvel localizado à Rua Ibimirim, nº 13, apto 3, tipo III, bloco B, Piedade, Jaboatão dos Guararapes – PE.

A Humayta Construções e Incorporações opôs exceção de pré-executividade alegando que vendeu o imóvel, objeto da incidência do IPTU e das taxas imobiliárias, a Senhora Maria José Rodrigues Nunes e ao Senhor Josimar Alves da Silva, bem como que o referido contrato de compra e venda já se encontra devidamente registrado no Cartório de Imóveis da Comarca de Jaboatão dos Guararapes desde 1993. Neste sentido, alegou ser parte ilegítima para figurar no polo passivo da execução judicial, requerendo, portanto, a sua exclusão do polo passivo.

O Juízo a quo proferiu sentença reconhecendo a ilegitimidade passiva da executada, bem como condenando o Município de Jaboatão dos Guararapes a pagar honorários advocatícios fixados à razão de 10% do valor da execução devidamente atualizado.

APELAÇÃO

Insatisfeito, o Município de Jaboatão dos Guararapes interpôs apelação alegou, em síntese, o não cabimento da exceção de pré-executividade; a ausência de nulidade da CDA; bem como o não cabimento de honorários de sucumbência na exceção de pré-executividade em tela, tendo em vista o princípio da causalidade (fls. 55/72).

Devidamente intimada, a executada apresentou contrarrazões pugnando pela manutenção da sentença apelada (fls. 75/82).

É o essencial a relatar. À revisão.
Recife,


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO NPU Nº 42881-56.2011.8.17.0810 (278211-0)

APELANTE: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

APELADO: HUMAYTA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

RELATOR: DES ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR

VOTO

A discussão nos presentes autos se restringe a saber se a executada a parte ilegítima para figurar no polo passivo, bem como se cabe o exame da alegada ilegitimidade passiva através de exceção de pré-executividade.

No caso dos autos, verifico que a executada vendeu o imóvel, objeto de incidência do IPTU e taxas imobiliárias, para a Sra. Maria José Rodrigues Nunes e para o Sr. Josimar Alves da Silva, em outubro de 1993, conforme se infere do contrato de compra e venda anexado às fls. 17/21 dos autos. Verifico, ainda, que referido contrato de compra e venda foi registrado na matrícula do imóvel, no 1º Ofício de Jaboatão dos Guararapes, em 23-11-93, conforme atesta a certidão constante à fl. 22 dos autos.

Uma vez que a venda foi devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóvel, deve ser reconhecida a ilegitimidade do antigo proprietário, o apelado, para figurar no polo passivo da execução, ainda mais quando o registro da venda foi feita no cartório de imóvel bem antes do ajuizamento da ação de execução.

É que de acordo com o art. 34 do CTN, o contribuinte do IPTU é o proprietário do imóvel, titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título. Neste sentido, cito a seguinte precedente dessa 3ª Câmara de Direito Público, tratando de caso semelhante ao ora tratado:

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. CERTIDÃO DE REGISTRO DO IMÓVEL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE.

1. A presente controvérsia restringe-se à possibilidade, ou não, de exame da alegada ilegitimidade passiva da executada em exceção de pré-executividade.
2. Apesar do município recorrente defender a desnecessidade de dilação probatória para que seja reconhecida a sua legitimidade passiva, verifica-se que o juiz de origem concluiu em sentido contrário.
3. O STJ entende não ser cabível exceção de pré-executividade quando a análise da questão demandar dilação probatória.
4. Porém, no presente caso, a ilegitimidade da parte é patente e fora provada de plano através de Certidão de Registro de Imóveis (fls. 31), a qual tem fé de ofício.
5. Também não merece prosperar a alegação de descabimento da condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios nas execuções não embargadas, visto que, como já decidiu o STJ, é cabível a condenação da Fazenda Pública em honorários quando acolhida a exceção de pré-executividade, mesmo nos casos de execução não embargada, porquanto a modificação implida pela MP 2.180-35/01, que acrescentou o art. 1º-D ao texto da Lei 9.494/97, refere-se apenas aos casos onde a Fazenda Pública é devedora e não recorre com os devidos embargos.
6. Verificando a ilegitimidade passiva da recorrida, não há o que se defender a legalidade da CDA.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

7. Recurso de Agravo improvido.

8. Decisão unânime.

(TJ-PE - AGV: 2773577 PE 0015388-75.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 06/09/2012, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 169)

Cito, ainda, decisão do TJRS no mesmo sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. VENDA DO IMÓVEL DEVIDAMENTE CERTIFICADA NO REGISTRO DE IMÓVEIS. INAPLICABILIDADE DO DISPOSTO NO § 8º DO ART. 2º DA LEF E NO ART. 203 DO CTN. ILEGITIMIDADE PASSIVA. SUMULA 392 DO STJ. EXTINÇÃO DA AÇÃO. ÔNUS SUCUMBENCIAIS.

- Caso em que restou demonstrado que a transferência da propriedade foi devidamente registrada perante o Registro de Imóveis competente muito antes do ajuizamento da execução fiscal. Ilegitimidade passiva reconhecida. - Procedência da exceção de pré-executividade, o que impõe a condenação do Município excepto em honorários advocatícios, que devem ser fixados mediante a aplicação do princípio da causalidade. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70057721276, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini Bernardi, Julgado em 10/01/2014)

(TJ-RS - AC: 70057721276 RS, Relator: Marilene Bonzanini Bernardi, Data de Julgamento: 10/01/2014, Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 20/01/2014)

Ademais, conforme entendimento no Superior Tribunal de Justiça, a exceção de pré-executividade é cabível em qualquer tempo e grau de jurisdição, quando a matéria for de ordem pública e possa ser analisada sem a necessidade de dilação probatória¹. Neste mesmo sentido é a súmula 393 do STJ, in verbis: "A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória."

No caso dos autos, a ilegitimidade passiva é matéria de ordem pública, bem como pode ser analisada sem a necessidade de dilação probatória, tendo em vista que o executado anexou aos autos a certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis atestando a propriedade do imóvel objeto da incidência do IPTU e das taxas imobiliárias.

Por fim, é cabível a condenação do exequente ao pagamento de honorários advocatícios, em sede de exceção de pré-executividade, quando a execução fiscal é extinta. Neste sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACOLHIMENTO PARCIAL. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRECEDENTES.

1. "O acolhimento do incidente de exceção de pré-executividade, mesmo que resulte apenas na extinção parcial da execução fiscal, dá ensejo à condenação na verba honorária proporcional à parte excluída do feito executivo" (AgRg no REsp 1.085.980/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 06/08/2009). 2. Recurso especial não provido.

¹ STJ - EREsp: 905416 PR 2008/0198035-4, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 09/10/2013, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 20/11/2013.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

103

(STJ - REsp: 1369996 PE 2013/0051109-0, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 05/11/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/11/2013)

A teoria da causalidade não se adapta ao presente caso, uma vez que o antigo proprietário não deu causa ao ajuizamento da presente execução fiscal, pois cabia ao município ser diligente na cobrança do crédito tributário e ajuizar a ação de execução contra o atual proprietário, conforme consta na certidão de propriedade do bem.

Diante do exposto, **VOTO PELO NÃO PROVIMENTO** da presente apelação, mantendo a sentença apelada em todos os seus termos.

Recife, 29 ^{maio} de 2014.


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

104

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0278211-0

APELANTE: *MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES*

APELADO: *HUMAYTÁ CONST E INC LTDA*


RELATOR: *DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR*

REVISOR: *DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO*

VOTO DE REVISÃO

Acompanho o voto do Desembargador Relator no sentido de NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO.

Recife, 29/05/14


Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Revisor